

PROFESSORES ALFABETIZADORES - UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DISTORÇÃO IDADE-ANO

Priscila Alves Pereira¹

O presente trabalho é resultado das vivências enquanto coordenadora pedagógica na Educação Básica numa escola municipal na cidade de Teixeira de Freitas - BA. O texto traz análises da prática educativa efetivada pelos docentes com alunos que se encontram na situação de distorção idade-ano e ainda não alcançaram as competências no processo de leitura e escrita estabelecidas para as turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I. A partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, através da observação e registros da prática em sala de aula, buscou-se compreender as estratégias utilizadas pelas docentes para viabilizar o domínio das capacidades relacionadas ao uso da leitura e da escrita dos alunos em distorção idade-ano. Além de entrevistas com os professores objetivando conhecer melhor os sujeitos envolvidos, a pesquisa traz como resultado uma reflexão da prática, através do movimento de avaliação e reavaliação da caminhada diária feita pelo docente e também aponta algumas dificuldades encontradas no dia a dia da escola e da sala de aula.

Palavras-chave: Leitura E Escrita; Distorção Idade-Ano; Professor.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que na atualidade a alfabetização de crianças tem sido um grande desafio da educação em nosso país. Ao longo dos anos, inúmeras técnicas e metodologias surgiram com a intenção de minimizar esse problema, porém, é fato que hoje grande parte da população não domina a competência da leitura e escrita. Pior que isso é encontrar nas escolas, principalmente da rede pública, crianças com idade avançada para o ano em que estuda e que também ainda não adquiriram a competência do domínio do código linguístico.

No Brasil, segundo a Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, o artigo 3 altera o artigo 32 da Lei nº 9394/96 e afirma que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade”. De acordo com a lei, pretende-se que o aluno finalize o Ensino Fundamental com 14 anos (tempo considerado entre o 1º e o 9º ano). Caso aconteça algum problema nesse percurso, como por exemplo: evasão, abandono escolar ou reprovação em alguma série e a diferença entre a idade que o aluno se

¹Professora efetiva da rede municipal de ensino da cidade de Teixeira de Freitas. Pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Francisco de Assis. Atua como coordenadora pedagógica nesta cidade. Endereço eletrônico priscilaalvespereira@gmail.com

encontra e o ano que ele cursa seja de dois anos, este pode ser considerado um caso de distorção idade-ano.

Diante desse cenário, faz necessário pensar nas inúmeras causas que dificultam a concretização do processo de alfabetização de alunos nessa situação específica. Mais ainda, é necessário analisar as causas que impedem o avanço dessas crianças para além da decodificação, assumindo o papel de sujeito que interpreta o que lê (SOARES, 2013).

Entre vários fatores, destaca-se como fundamental a participação do professor na relação ensino-aprendizagem. Esse profissional está diretamente ligado ao processo de consolidação da aprendizagem do sistema de escrita alfabético no ciclo de alfabetização que, de acordo com o artigo 30 da Resolução 7 de 14 de dezembro de 2010 compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, ou seja, as turmas de 1º ao 3º ano. Assim, cada vez mais faz-se preciso analisar a prática pedagógica desse profissional, considerando as influências da sua história e trajetória de formação em sua prática de sala de aula.

Muitos são os fatores que prejudicam o trabalho dos professores alfabetizadores em sala e, em consequência, a falta de avanço na aprendizagem dessas crianças. A formação incipiente adquirida na graduação, principalmente em relação ao processo de alfabetização, a ausência do planejamento de rotina e a não reflexão sobre a prática pedagógica são alguns dos fatores que contribuem para o alto índice dos problemas que levam as crianças não serem alfabetizadas no nosso país. É evidente que junto a esses fatores pedagógicos estão as questões sócio afetivas, familiares e além das questões de ordem administrativa da instituição escolar.

A fim de fundamentar esse trabalho buscou-se analisar além dos documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura, as obras de estudiosos como Magda Soares, Sônia Kramer, Philippe Perrenoud, Ilma Passos Veiga, Andrea Rapoport, entre outros.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DISTORÇÃO IDADE-ANO

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos alertam quanto ao crescimento do índice de analfabetismo no Brasil. De acordo a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad 2012), 13,2 milhões de pessoas acima de 15 anos não sabem ler, nem escrever. Esse dado revela que para que a alfabetização seja atingida, os projetos apresentados pelo poder público não estão sendo suficientes para atender todas as demandas escolares, uma

vez que eles não conseguem garantir o que é proposto pela legislação atual – alfabetizar plenamente todas as crianças até os 8 anos de idade de acordo com o Parecer nº 4, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho Nacional de Educação.

No âmbito escolar, um dos fatores que merecem atenção nesse sentido diz respeito a continuidade da qualificação docente. Em relação a essa qualificação, o primeiro passo para atingi-la ocorre quando o educador compreende de que forma o sujeito aprende, não apenas ler e escrever, mas aprende ler o mundo a sua volta, isto é, como afirma FREIRE (1985) “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele”. Então, como o processo de alfabetização vem sendo compreendido pelo docente? Para isso, atentaremos inicialmente ao conceito básico de alfabetização descrito por SOARES (2013), como “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. No entanto, se verificarmos o que é advertido por Freire anteriormente, esse conceito de alfabetização torna-se limitado, até mesmo diante das propostas atuais para educação numa perspectiva de formação do sujeito com uma abordagem crítico reflexiva.

Considerando o conceito de *alfabetização plena* também disposto na Resolução 7 de 14 de dezembro de 2010, esse processo deve ser compreendido para além da codificação/decodificação. Alfabetizar o sujeito, diz respeito à capacidade que este desenvolve de compreender, interpretar e produzir textos conhecendo a sua função social. Assim, é função da escola garantir que as crianças tenham acesso aos mais variados gêneros textuais e utilizá-los em sala de aula, oportunizando o contato e a apropriação das características de cada tipo de texto.

Sabe-se que as crianças em distorção idade-ano que permanecem nas turmas de 1º ao 3º ano, apresentam alguma deficiência quanto ao domínio dessas habilidades. Pesquisas recentes tem apontado que essas crianças são, em sua maioria, oriundas de um bairro periférico das grandes cidades ou de áreas do campo, desse modo, vítimas de todo tipo de injustiça social. Na escola, apresentam características comuns como: baixa autoestima, falta de interesse pelos conteúdos propostos em sala de aula além de casos de agressividade com colegas e funcionários, gerando indisciplina escolar.

Apesar da escola de hoje ter organicidade na gestão: direção, coordenação pedagógica, e outros profissionais de apoio, é o professor o profissional que lida diretamente com o aluno, ou seja é o professor que está envolvido diretamente no processo didático pedagógico na sala de aula – ensino e aprendizagem. Por essa razão, faz-se necessário analisar a intencionalidade da sua prática em sala de aula no atendimento a esse grupo específico de alunos.

Segundo TARDIF e LESSARD (2013), o trabalho do professor em sala de aula pode ser considerado como um trabalho interativo, uma vez que um outro ser humano é compreendido como 'objeto de trabalho'. Esse estudo, então, atenta-se para as implicações oriundas das relações prática docente *versus* processo de aprendizagem e professor alfabetizador *versus* alfabetizando.

Ao estudarmos sobre a Pedagogia das Diferenças (PERRENOUD, 2001) e considerarmos as necessidades de aprendizagem oriundas dos alunos com defasagem idade ano, deparamo-nos, muito frequentemente, com a seguinte situação:

“Durante um certo tempo, um professor faz de tudo para que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos, prepara material individualizado, encarrega-se das crianças além do horário da aula, tenta fazer uma avaliação mais formativa e estimulante, conversa com os pais, investe em atividades mais significativas. No entanto, alguns meses ou anos mais tarde, decepcionado pela ausência de resultados espetaculares, esgotado pelo seu investimento em tempo, energia e criação didática, retorna a um funcionamento mais econômico e também fatalista. Perde a fé em sua possibilidade de transformar as coisas em sua escola e limita-se a cumprir com suas obrigações, ou seja, a seguir o programa.” (Perrenoud, 2001, p. 68)

Essa tem sido a realidade profissional dos educadores em muitas escolas e tal situação tende a implicar no resultado da relação ensino-aprendizagem. Nessa realidade, os mais 'fracos', quietos ou que precisam de um modo diferente do que aquele que o professor ensina para aprender, vão ficando ao longo do caminho e podem vir a contribuir para o aumento do índice de alunos com distorção idade-ano.

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para que esse trabalho se convertesse em um resultado de pesquisa, foi necessário a organização e o planejamento do caminho a ser trilhado. Para tanto, foi preciso compreender o que é um projeto de pesquisa e qual tipo de pesquisa seria utilizada para alcançar as estratégias registradas nos objetivos previamente estipulados.

De acordo com MINAYO,

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002, p. 17).

Assim, toda pesquisa esteve relacionada a um questionamento, que emergiu de uma questão social. Tal fator, porém, não minimizou o status metodológico e sistemático da pesquisa em questão. A pergunta norteadora desse trabalho foi: “Quais as características da prática

pedagógica dos professores alfabetizadores que atendem crianças em situação de distorção idade-ano?”

Para atender ao tema proposto neste trabalho, optou-se pela pesquisa qualitativa como desdobramento da pesquisa científica. Essa linha de pesquisa, normalmente, está ligada às questões humanas, sociais e, conseqüentemente, educacionais.

Para tanto foram utilizados alguns instrumentos a fim de coletar dados que subsidiaram a pesquisa, tais como: observação e registro da prática em sala de aula, entrevistas orientadas, análise do histórico docente e pesquisa bibliográfica. Esses instrumentos foram escolhidos por que oportunizam o contato direto e informal com os sujeitos pesquisados, favorecendo a construção de um vínculo de afetividade e confiança, além de fornecer os materiais necessários para análise.

O projeto foi desenvolvido na Primeira Escola Municipal de Educação Integral Bom Pastor, no primeiro semestre do corrente ano. A escola conta atualmente com 10 turmas pertencentes ao ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I), sendo a maioria das classes composta por alunos que se encontram em situação de distorção idade-ano. Esta escola faz parte da rede municipal de ensino da cidade de Teixeira de Freitas – Ba e atende a uma maioria de alunos que residem em bairros periféricos da cidade mas, que foram encaminhados para a referida escola com a intenção de mudar a situação escolar em que se encontram.

O primeiro passo foi a observação em sala de aula do trabalho realizado pelo professor. Com essa ação, pretendia-se perceber se havia ou não o trabalho com agrupamentos produtivos que consideravam a hipótese de escrita em que estava cada criança e também se o professor fazia as adaptações necessárias a cada atividade para atender cada aluno. Foi percebido então, um cuidado explicitado no planejamento da maioria dos professores quanto ao trabalho a ser desenvolvido em sala, a fim de garantir que os alunos, agrupados por nível de aprendizagem, fossem atendidos pelo professor.

No próximo momento da pesquisa, os professores participaram individualmente de uma entrevista orientada por um roteiro pré-estabelecido que tivesse a função tanto de fazê-lo refletir sobre a sua prática quanto para conhecer o percurso profissional que o professor cursou até chegar ao trabalho com aquele tipo de aluno em especial. Nesse ponto, muitas informações foram esclarecedoras. A maioria daqueles professores cursou o magistério e já participaram ao menos de duas formações específicas quanto ao processo de alfabetização mas, nenhuma diretamente ligada ao fazer pedagógico com alunos em situação de distorção idade-ano. Esse público específico instigou aos professores construir práticas também específicas de trabalho. Isso porque alunos com idade-ano defasados revelam-se, na maioria

das vezes, desmotivados, com baixa autoestima, pouca ou nenhuma perspectiva de avanço, conformidade com a sua situação escolar além de um alto índice de agressividade e indisciplina.

Por esses motivos, os professores revelavam em sua prática – considerada por MARTINS (2009) como um equilíbrio entre o domínio da teoria e seu uso em sala de aula, uma postura de carinho e atenção a cada aluno de modo específico. A composição da sala, de no máximo 20 alunos, facilitava o conhecimento e relacionamento individual e, conseqüentemente, o sentimento de que todos eram importantes e valorizados.

De posse dos registros de sondagem realizada pelos docentes, foi possível comparar e perceber o avanço individual da maioria dos alunos quanto ao processo de alfabetização. Muitos alunos ainda não apresentaram as habilidades esperadas para o ano que está cursando, contudo a partir do trabalho de intervenção observado em sala já é possível considerar melhorias significativas quanto a aprendizagem futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa fica evidente algumas dificuldades encontradas no trabalho pedagógico quanto à rotina escolar. Dentre elas, o pouco tempo para planejamento em conjunto, visto que o planejamento acontece apenas quinzenalmente e também a falta de uma proposta curricular adequada para garantir a aprendizagem e o avanço dos alunos em defasagem idade-ano. Também foi perceptível que, nem sempre, é possível contar com a presença e apoio da família para auxiliar as crianças ao menos em manter o compromisso de comparecer à escola todos os dias letivos.

A pesquisa revela o avanço dos professores quanto ao estudo e internalização de práticas pedagógicas mais atuais e coerentes com a proposta de letramento tão difundida na legislação e por diversos autores na atualidade. Ainda assim, percebe-se também que nem sempre encontramos profissionais que buscam na capacitação continuada e especializada no seu campo de trabalho maneiras de superar as dificuldades encontradas na prática educativa cotidiana. Sabe-se que os cursos por si só, não capacitam o profissional para atuar de maneira autônoma, crítica e reflexiva no âmbito escolar, principalmente junto às crianças que apresentam sérias dificuldades no processo de alfabetização.

Para que o professor assuma uma postura reflexiva é necessário que avalie e reavalie a sua prática docente e que adote um papel permanente de reflexão sobre a mesma. Essa postura

faz-se ainda mais evidente quando se trata do profissional que lida com a aquisição direta da leitura e escrita, conceituado por SOARES (2002) como professor alfabetizador.

A reflexão sobre a prática, traz uma perspectiva de mudança na atuação em sala, além de ser vista como uma das grandes possibilidades de melhoria de ensino na Educação Básica. É possível afirmar que tal atitude é indispensável para garantir que alunos com distorção idade-anos sejam ‘percebidos’ em sala de aula e recebam a atenção necessária para apreender conteúdos e habilidades não alcançados em anos anteriores. Portanto, a investigação foi relevante para perceber entre outros pontos, como o planejamento do trabalho do professor revela a intencionalidade da sua prática e como tal situação é traduzida em situações significativas de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

BRASIL. **Lei 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em 20 de agosto de 2014.

BRASIL. **Resolução 7**, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2014.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 4, de 20 de fevereiro de 2008. Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Parecer CNE/CEB,

4/2008. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de junho de 2008.

D'ÁVILA, Cristina ; VEIGA, Ilma Passos . **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

FACCI, Marilda G. Dias. **Valorização ou esvaziamento do professor:** um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, Autores Associados, 2004.

FAZENDA, IVANI & Cols. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo, Cortez, 2006.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler.* In _____ Col. Polêmicas do Nosso tempo, Editora Cortez, São Paulo, 1985

-----**Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INEP. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxa de Distorção Idade-Série, Brasil - 2012.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 06.05.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2012.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40.

Acesso em 06.05.2014.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita:** formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINNS, Raquel Márcia Fontes; MACIEL, Francisca Izabel Pereira, CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Alfabetização e Letramento na sala de aula.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2009.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças:** fragmento de uma sociologia do fracasso. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RAPOPORT, Andrea et al. **A criança de seis anos no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores:** ideias e praticas. Lisboa: Educa, 1993.